AGORA NEWS
ANO XVIII # 847 4656.2247 WWW.JORNALAGORANEWS.COM.BR SÁBADO, 07 DE NOVEMBRO DE 2026

Sistema Cantareira encerra outubro acima dos 50%

PÁG. 05



Depois de 16 meses, nível do reservatório voltou a ultrapassar a marca dos 50%; no mês de outubro, choveu 162% do esperado.

Chuvas acima da média elevam o volume útil dos mananciais de São Paulo, que operam com 62% da capacidade.

O principal motor dessa recuperação é o robusto desempenho do complexo Jaguari-Jacareí, coração do Sistema Cantareira, que registrou 52,7% de seu volume útil, consolidando a saída do patamar crítico que o reservatório enfrentou no início do ano.



Retomar os estudos não pode ser um privilégio

EDITORIAL

A chegada do Enem representa mais do que uma oportunidade de ingresso no ensino superior. Para muitas mulheres que adiaram a formação para trabalhar, criar filhos e cuidar da família, o exame marca a retomada de um projeto pessoal. Nesse caminho, os cursos populares cumprem uma função que precisa ser reconhecida: ajudam a enfrentar barreiras que a disposição individual, sozinha, não consegue superar.

É necessário questionar a naturalidade com que a sociedade aceita a interrupção dos estudos femininos. Quando falta apoio e o cuidado com a família recai sobre as mulheres, escolher uma profissão deixa de ser uma decisão livre e passa a depender do tempo e dos recursos que sobram. Frequentemente, não sobra nenhum dos dois.

Voltar à sala de aula depois dos 50 ou dos 70 anos revela determinação. Entretanto, tratar essas trajetórias apenas como exemplos de superação esconde o problema central. O acesso à educação deveria ter sido possível antes, sem exigir que essas mulheres escolhessem entre cuidar de outras pessoas e construir o próprio futuro.

Os cursos populares demonstram que acolher esse público exige mais do que ensinar conteúdos. Bolsas de estudo, acompanhamento pedagógico, atendimento psicossocial e apoio alimentar respondem a dificuldades concretas. Para quem passou décadas longe dos livros, recuperar a confiança e encontrar condições para continuar estudando também fazem parte da preparação.

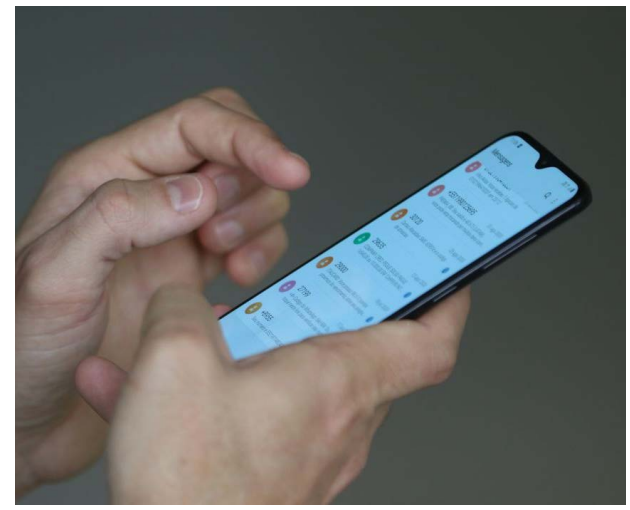
Essas iniciativas merecem apoio e continuidade, mas não podem carregar sozinhas a responsabilidade de reparar oportunidades negadas. Sua atuação evidencia a necessidade de políticas públicas que articulem educação, assistência estudantil e condições para conciliar estudo, trabalho e responsabilidades familiares. Abrir inscrições para uma prova é apenas uma etapa. Garantir que as candidatas possam se preparar, ingressar e permanecer na universidade é um compromisso muito maior.

Também é preciso abandonar a ideia de que existe uma idade adequada para aprender ou iniciar uma profissão. A experiência acumulada ao longo da vida não reduz a legitimidade de uma escolha acadêmica. Mulheres mais velhas não precisam justificar seus projetos pela excepcionalidade de suas histórias. Precisam ter seus direitos respeitados.

O Enem pode abrir uma porta, e os cursos populares ajudam muitas mulheres a chegar até ela. Uma sociedade comprometida com a igualdade, porém, deve assegurar que esse percurso dependa menos de sacrifícios extraordinários e mais de oportunidades reais. Estudar não pode ser o direito que uma mulher só consegue exercer depois de atender às necessidades de todos os outros.

Anatel publica novas regras para prevenir fraudes por meio de SMS

OPERADORAS DEVERÃO BLOQUEAR MENSAGENS



A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) publicou no Diário Oficial da União (DOU) desta semana novas regras para ampliar a segurança dos usuários de telefonia móvel e dificultar a aplicação de golpes por meio de mensagens de texto (SMS).

Com as regras, as operadoras de telefonia móvel ficam obrigadas a bloquear mensagens originadas de códigos não registrados. Cada código curto deverá estar vinculado exclusivamente a uma única empresa, facilitando a identificação da origem dos envios.

As exigências se aplicam ao SMS na modalidade A2P (Application-to-Person), utilizada por empresas para enviar mensagens automatizadas aos usuários. Nesse modelo, o remetente é identificado por um código curto, geralmente composto por poucos dígitos, como "29222", em vez de um número de celular convencional.

O Conselho Diretor da Anatel determinou às prestadoras de telefonia móvel que, no prazo de até 90 dias, adotem medidas relativas ao envio dessas mensagens, como a implementação e manutenção de diretório setorial centralizado de códigos curtos, disponível para consulta pública, que permita identificar as pessoas jurídicas responsáveis pelo encaminhamento das mensagens e restrição do uso do serviço de envio de mensagens SMS A2P a pessoas jurídicas devidamente identificadas.

As operadoras terão de assegurar que cada código curto utilizado para identificar os remetentes das mensagens seja destinado ao uso exclusivo de uma única pessoa jurídica, vedado seu compartilhamento.

EXPEDIENTE Os textos assinados não refletem a opinião do jornal. Os anúncios são de responsabilidade dos anunciantes DEUS SEJA LOUVADO!

AGORA NEWS DISTRIBUIÇÃO GRATUITA EM SANTA ISABEL, ARUJÁ E GUARAREMA
Endereço: Rua Mar Mediterrâneo, 110 - Vila Nova - Santa Isabel - SP
EDITOR RESPONSÁVEL: DAGNEI DOS ANJOS - MTB 64122SP
DAGNEI DOS ANJOS 28437509890 CNPJ: 40.669.516/0001-48 - EDIÇÃO SEMANAL

Telefone: (11) 4656-2247
www.jornalagoranews.com.br
E-mail: jornal@jornalagoranews.com.br

DGi

País pode chegar a 860 mil casos prováveis de dengue em 2027

PREVISÃO É DE ESPECIALISTAS DE DIFERENTES PAÍSES

O Brasil pode chegar a contabilizar 860 mil casos prováveis de dengue em 2027. Os resultados foram apresentados nesta sexta-feira (6) no webinário Preparação para a temporada de dengue 2027, promovido pela Fundação Oswaldo Cruz), Fundação Getulio Vargas (FGV), Mosqlimate e InfoDengue, entre outros.

As projeções para a temporada de dengue em 2027 indicam um cenário semelhante ao de 2025 e 2026 no país, apesar da expectativa de um super El Niño no verão. É o que mostra o relatório elaborado por 130 especialistas de oito países de diversas instituições para o Ministério da Saúde.

Em 2026, o trabalho passou a incluir também projeções de Chikungunya para os estados brasileiros. A Chikungunya, assim como a dengue, é transmitida pelo mosquito Aedes aegypti e pode causar febre e dores intensas nas articulações.

PROJEÇÕES: As projeções vêm do Desafio de Previsão de Dengue InfoDengue–Mosqlimate (IMDC), que reúne pesquisadores de diferentes países para projetar, de forma aberta e comparável, a evolução da dengue no Brasil. Todas as equipes usam os mesmos dados e as mesmas regras. Este ano, a terceira edição reuniu 27 equipes de oito países.

O modelo conjunto tende a ser mais confiável do que qualquer modelo isolado. "Em três edições, o desafio cresceu de um punhado de equipes para uma comunidade global que trabalha de forma aberta para transformar dados de dengue em previsões que gestores de saúde pública possam realmente usar", avalia o pesquisador da FGV e do Mosqlimate, Flávio C. Coelho.

O conjunto reúne 22 modelos desenvolvidos por mais de 130 pesquisadores. Para o próximo período, o modelo estima um total de cerca de 860 mil casos, com um intervalo de incerteza de 80% entre 560 mil e 1,6 milhão de casos, com pico de 40 mil casos em abril de 2027.

Esse cenário é idêntico ao dos últimos anos, mas não significa tranquilidade. A dengue é endêmica no Brasil e, em 2025, o país registrou cerca de 1,66 milhão de casos prováveis, de acordo com o Ministério da Saúde.

"As projeções não apontam uma epidemia como a de 2024 [ano com um aumento atípico de casos], mas indicam que a dengue continuará exigindo atenção. É o momento de organizar a rede e intensificar a prevenção", afirma a pesquisadora da Fiocruz e coordenadora do InfoDengue, Claudia Codeço.

EL NIÑO: Neste ano, três modelos utilizam variáveis climáticas em suas projeções, mas apresentam divergências entre si, tanto na magnitude do efeito quanto na distribuição geográfica deles. Essa variabilidade mostra que o El Niño tem um efeito multiplicador incerto e deve entrar no planejamento como gatilho de contingência e exigência de acompanhamento com modelos de curto prazo, não como base quantitativa.

ESTADOS: O modelo indica tendência de aumento dos casos prováveis de dengue, em relação à temporada anterior, nos estados do Paraná, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Sergipe, Acre e Minas Gerais. Para os outros estados, o cenário projetado é próximo ou inferior ao da temporada anterior. Mesmo assim, todos os estados devem manter a vigilância epidemiológica, já que um super El Niño pode favorecer condições climáticas associadas a uma transmissão mais intensa em algumas regiões.

CHIKUNGUNYA: Os pesquisadores também projetam a temporada de Chikungunya, a partir de 11 modelos. A projeção indica mais de 90 mil casos prováveis no país. Como comparação, na temporada de 2024-25, foram registrados 127 mil casos da doença e em 2025-26, foram registrados 76 mil casos.

Na região Nordeste, a previsão é de aumento de casos prováveis, principalmente nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia, Paraíba, Sergipe e Piauí, assim como nos três estados da Região Sul, no Sudeste em São Paulo, e na região Centro-oeste, no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul, estado com maior incidência da doença no país.

Nos demais estados, o cenário é próximo ao da temporada anterior. De acordo com os especialistas, o Espírito Santo não entrou nas projeções por inconsistências nos dados de notificação de casos.

PREVENÇÃO: A prevenção continua sendo a principal forma de reduzir os casos de dengue e de Chikungunya. As orientações são eliminar água parada em vasos, pneus, calhas e recipientes, e procurar atendimento ao primeiro sinal de febre, dor no corpo ou manchas na pele. Para os pesquisadores, as projeções não substituem a vigilância de rotina, mas ajudam gestores a se antecipar.





CNPE cria grupo para elaborar estratégia nacional de eletromobilidade

INICIATIVA DECORRE DO AUMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS ELÉTRICO E HÍBRIDO

O aumento da frota de veículos elétricos e híbridos no país levou o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) a aprovar a criação de um grupo de trabalho para ajudar na elaboração da Estratégia Nacional de Eletromobilidade.

Coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), o colegiado vai reunir subsídios técnicos e propostas para orientar a expansão do setor.

O grupo discutirá temas como infraestrutura de recarga, impactos sobre o sistema elétrico, cadeia de baterias, questões ambientais e mobilidade urbana.

Entre as tarefas estão avaliar a expansão da rede de carregamento, a sustentabilidade dos minerais usados em baterias e os efeitos do crescimento da frota sobre a demanda por energia.

O grupo terá prazo de 120 dias, prorrogável por igual período, para elaborar um diagnóstico da eletromobilidade no país e apresentar propostas para a estratégia nacional.

Ao final dos trabalhos, será entregue um relatório ao CNPE.

AVANÇO DO SETOR: A iniciativa ocorre em meio ao avanço das vendas de veículos eletrificados. Segundo a Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE), foram emplacados 381,6 mil veículos leves elétricos ou híbridos entre janeiro e setembro de 2026, volume quase 70% superior ao registrado em todo o ano passado.

Do total, 303,4 mil unidades são veículos que dependem de recarga na rede elétrica, como os modelos totalmente elétricos e os híbridos plug-in, que representam cerca de 80% do mercado de eletrificados. Em setembro, os veículos responderam por 19,8% das vendas de automóveis leves no país.



De acordo com o MME, o crescimento do setor acompanha os cenários do Plano Nacional de Energia (PNE) 2055, que prevê maior participação da eletricidade nos transportes e aumento da demanda por minerais estratégicos usados na fabricação de baterias.

A tendência também exigirá investimentos em infraestrutura de recarga e na modernização das redes de distribuição de energia.



Sistema Cantareira encerra outubro acima dos 50%

ÁGUA

O nível do volume útil do Sistema Cantareira atingiu 51,2% e encerrou outubro acima dos 50%. O principal manancial que abastece a Grande São Paulo ultrapassou a marca dos 50% na quinta-feira, 29 de outubro, após mais de um ano e quatro meses. A última vez que o sistema registrou a marca foi em 17 de junho de 2025.

Em outubro, choveu 162% do total esperado, atingindo 210,8 milímetros, superando a média histórica de 130mm, segundo dados da Sabesp. As chuvas de setembro, também contribuíram para a recuperação e elevação dos níveis do reservatório. No Cantareira, o acumulado no mês foi de 282,5 milímetros, equivalente a 358,3% da média climatológica de 78,8 milímetros.

O Sistema Integrado Metropolitano (SIM) começou a semana operando com 61,9% da sua capacidade. O SIM reúne sete reservatórios interligados, entre eles o Sistema Cantareira, o que permite uma operação integrada e mais resiliente em situações de escassez hídrica.

Desde agosto do ano passado, o Governo de São Paulo mobiliza esforços para preservar os mananciais da Região Metropolitana de São Paulo. Por determinação da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arsesp), o Sistema Integrado Metropolitano (SIM), que abrange sete mananciais da região, opera com a gestão da demanda no período noturno de oito horas de duração, com o objetivo de preservar os reservatórios. Desde que foi implantada, a redução da pressão noturna já contribuiu para uma economia estimada de mais de 209 bilhões de litros de água, volume equivalente ao consumo de 36 milhões de pessoas.

Para estimular a população a colaborar mais, o Governo de São Paulo apresentou uma metodologia avançada de gestão hídrica, faixas de atuação e ações previstas para cada faixa, garantindo planejamento, previsibilidade e transparência.

Além disso, o Governo acompanha junto à Sabesp a adoção de medidas fundamentais, como a antecipação de obras estratégicas que ampliam ainda mais a resiliência do sistema, manobras entre sistemas, a distribuição de caixas d'água para a população vulnerável e o suporte a situações de emergência, com reforço nas equipes de manutenção e disponibilização de caminhões-pipa.



REGIÃO: A maior represa do complexo equivalente do Cantareira, o reservatório conjunto Jaguari-Jacareí, desempenhou um papel central para o fôlego atual do sistema. Com dados apontando 52,7% de volume útil e um armazenamento de 425,92 hm³ (bilhões de litros), o reservatório reflete diretamente os efeitos da frente fria e das precipitações que superaram a média histórica em outubro.

O quadro atual traz tranquilidade temporária e afasta o fantasma do racionamento iminente na Região Metropolitana, impulsionado pelas chuvas generosas da primavera. O sistema como um todo demonstra resiliência, puxado pelo quase transbordo dos sistemas ao sul (como Cotia) e pela recuperação expressiva do Jaguari no norte paulista.

Ainda assim, órgãos de gestão ambiental reforçam que a permanência na faixa de atenção exige cautela e consumo consciente, visando resguardar os estoques para os próximos ciclos de estiagem.

Chuva provoca erosão na Rodovia Arthur Matheus

REACENDE PREOCUPAÇÃO COM DRENAGEM



A chuva forte de domingo (1º) provocou uma erosão na Rodovia Arthur Matheus, em Santa Isabel, e voltou a colocar em evidência os problemas causados pelas águas pluviais ao longo da via. Segundo a Defesa Civil, o trecho afetado fica cerca de 500 metros após a entrada do Portal, no sentido da Rodovia Presidente Dutra.

A erosão atingiu parte do acostamento e comprometeu a borda do pavimento, junto à defensa metálica. O Departamento de Estradas de Rodagem (DER) foi acionado para avaliar as condições do local e adotar as providências necessárias.

Os transtornos relacionados às chuvas na região da Arthur Matheus já foram registrados em anos anteriores. Em março de 2023, uma enxurrada invadiu imóveis no bairro Morro Grande, às margens da rodovia, causando danos a casas e perda de móveis. Na oportunidade moradores associavam os alagamentos ao direcionamento das águas após as obras de ampliação da via e às dificuldades de escoamento pela tubulação existente.

Na ocasião, o DER informou ao jornal que havia realizado serviços de limpeza e melhorias na captação de água. O departamento também anunciou a instalação de grelhas para conter a entrada de detritos na rede e a elaboração de um projeto de tubulação complementar para drenar a água da rodovia.

Em março de 2024, houve o registro da abertura de uma cratera em uma propriedade no Morro Grande. À época, a Defesa Civil relacionou o solapamento à obstrução de uma tubulação por troncos arrastados pela correnteza. O órgão também apontou o assoreamento de caixas de captação ao longo da Arthur Matheus como um fator que prejudicava o escoamento e contribuía para alagamentos na entrada da Vila Guilherme.

Embora os episódios anteriores documentem problemas de drenagem no entorno da rodovia, as informações divulgadas sobre a ocorrência deste domingo não estabelecem uma relação técnica entre esses casos e a nova erosão.

Além dos danos na Arthur Matheus, o temporal provocou alagamentos, deslizamentos de terra e a queda de um muro em outros pontos de Santa Isabel. A Defesa Civil orientou a população a evitar áreas alagadas e locais com sinais de instabilidade no solo.



Recebimento de vales-alimentação e refeição mudam a partir de hoje

NOVAS REGRAS PRETENDEM AMPLIAR AS OPÇÕES DE USO DOS BENEFÍCIOS

Os cartões de vale-refeição (VR) e vale-alimentação (VA) terão mudanças a partir de 7 de novembro. A principal é a aceitação de cartões de diferentes operadoras em qualquer maquininha habilitada para processar esse tipo de pagamento.

A transição começou em maio e vai até novembro, quando completa um ano da assinatura do decreto que atualizou o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).

Na prática, a medida pretende ampliar as opções de uso dos benefícios em restaurantes, supermercados e outros estabelecimentos que trabalham com alimentação. Cartões de empresas como Alelo, Ticket, VR Benefícios, Pluxee, Flash e Swile estão entre os abrangidos pelas mudanças, conforme o enquadramento no PAT.

As novas regras também estabelecem limites para as taxas cobradas dos estabelecimentos comerciais e reduzem o prazo para o repasse dos valores das vendas. O objetivo do governo é estimular a concorrência no setor e facilitar a aceitação dos benefícios pelo comércio.

Apesar da previsão de implementação em novembro, a mudança enfrenta desafios operacionais. A Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) alega que os sistemas das empresas ainda não estão totalmente integrados e aponta dificuldades para o funcionamento da medida no prazo previsto. Além disso, parte das regras é alvo de questionamentos judiciais por operadoras do setor.

O QUE MUDA?: A partir de 7 de novembro, está prevista a entrada em vigor integral da interoperabilidade entre os cartões de vale-refeição e vale-alimentação.

Isso significa que cartões de diferentes operadoras deverão funcionar em qualquer maquininha habilitada para receber esse tipo de pagamento, sem depender de contratos ou equipamentos específicos para cada bandeira.

A mudança não obriga todos os estabelecimentos a aceitar os benefícios. A regra vale para os comércios habilitados a processar essas transações.

ONDE USAR?: A proposta é ampliar a rede de aceitação dos cartões. Assim, o trabalhador poderá utilizar o benefício em diferentes estabelecimentos que aceitem a modalidade correspondente, independentemente da operadora responsável pelo cartão.

A aceitação dependerá da habilitação do estabelecimento e do funcionamento da integração entre os sistemas de pagamento.

O VALOR AUMENTA?: Não. As novas regras não determinam aumento nem redução automática do valor do vale-refeição ou do vale-alimentação pago pelas empresas aos funcionários.

Os recursos continuam destinados exclusivamente à alimentação. O vale-refeição é utilizado para a compra de refeições prontas, enquanto o vale-alimentação é voltado à aquisição de alimentos.

A principal mudança para o trabalhador é a ampliação das possibilidades de utilização do benefício.

QUAIS REGRAS JÁ VALEM?: Além da interoperabilidade, a regulamentação do PAT estabeleceu limites para as taxas cobradas dos estabelecimentos e reduziu o prazo de repasse dos valores das vendas.

AS PRINCIPAIS MEDIDAS SÃO: Taxa máxima de 3,6%: limite para a taxa de desconto cobrada dos estabelecimentos nas transações com benefícios vinculados ao PAT; Tarifa de intercâmbio de até 2%: teto para a cobrança relacionada às operações entre participantes do sistema; Repasse em até 15 dias corridos: prazo máximo para que os estabelecimentos recebam os valores das vendas.

Antes da mudança, comerciantes reclamavam de taxas elevadas e de prazos de recebimento que podiam ultrapassar 30 dias.

TODOS OS BENEFÍCIOS ENTRAM?: Não necessariamente. As regras descritas se aplicam aos benefícios vinculados ao PAT, criado em 1976.

Há uma diferença entre os benefícios concedidos no âmbito do PAT e o auxílio-alimentação previsto na legislação trabalhista. Segundo a Abrasel, essa distinção tem provocado dificuldades na identificação das transações e na conciliação financeira dos estabelecimentos.

A entidade afirma que parte das empresas teria migrado operações para o auxílio-alimentação após a regulamentação, modalidade que não está sujeita aos mesmos limites de taxas e prazos previstos para o PAT.

A implementação está prevista para novembro, mas enfrenta obstáculos operacionais. A Abrasel afirma que as empresas responsáveis pelos cartões e as credenciadoras ainda precisam integrar seus sistemas para permitir o funcionamento pleno da interoperabilidade.

Segundo a associação, um dos problemas envolve o canal específico utilizado para processar transações com vales, que ainda não estaria funcionando plenamente.

A entidade também afirma que a falta de integração pode dificultar a identificação das modalidades de benefício utilizadas pelos consumidores e o controle financeiro dos estabelecimentos.

QUAIS SÃO AS PUNIÇÕES?: O descumprimento das regras aplicáveis ao PAT pode resultar em sanções administrativas e financeiras.

Entre as penalidades previstas estão: Multas; Autuações; Descredenciamento do programa; Cobrança de benefícios fiscais anteriormente utilizados, quando cabível.

As consequências dependem da infração identificada e podem atingir operadoras, empresas participantes do programa e estabelecimentos comerciais.

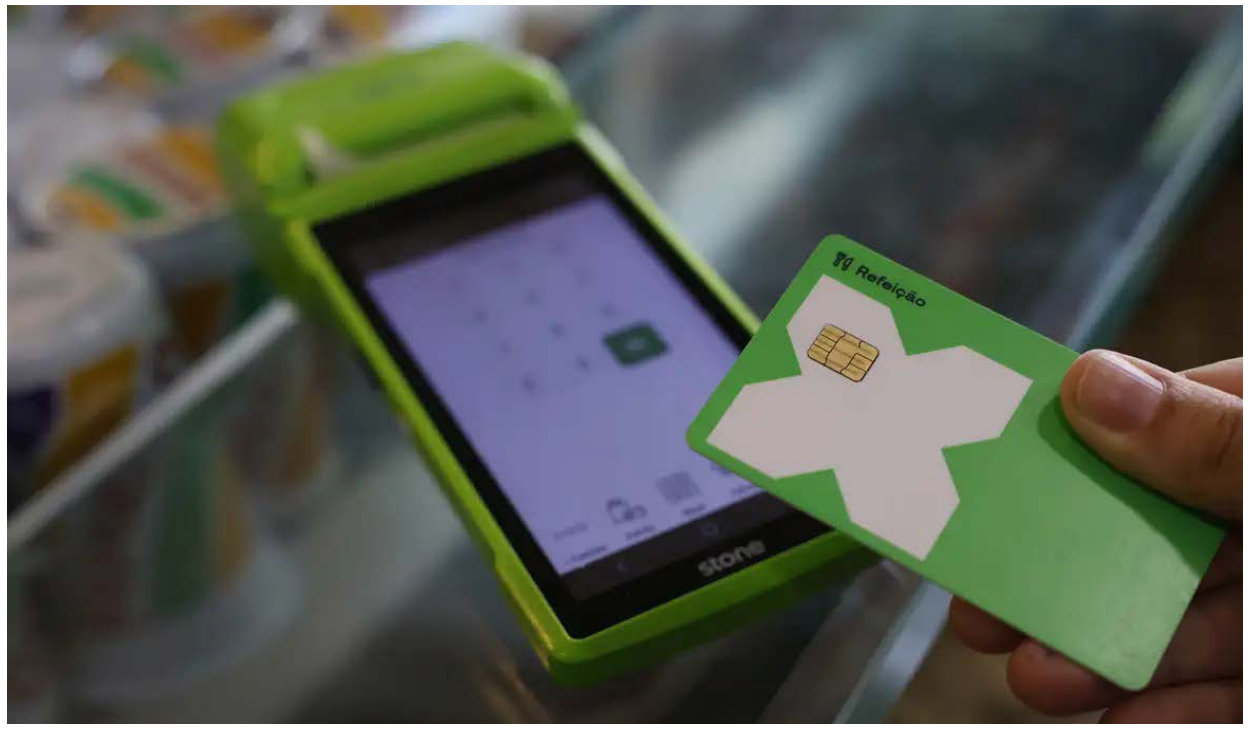
O QUE DIZEM AS OPERADORAS?: Empresas do setor questionam na Justiça pontos do decreto que regulamentou as mudanças no PAT. Entre os argumentos apresentados estão a contestação dos limites tarifários e a imposição de alterações estruturais por meio de decreto.

Algumas operadoras conseguiram decisões provisórias que suspenderam parte das exigências, mas as liminares foram posteriormente derrubadas, conforme as informações reunidas no material de referência.

A Associação Brasileira das Empresas de Benefícios ao Trabalhador (ABBT) também manifestou preocupação com o modelo de arranjo aberto. A entidade argumenta que a ampliação da aceitação dos cartões pode dificultar o controle e a fiscalização dos estabelecimentos credenciados.

A implementação da interoperabilidade depende da integração dos sistemas das operadoras de benefícios e das empresas responsáveis pelas maquininhas.

Embora a regra esteja prevista para entrar em vigor integralmente em novembro, a avaliação da Abrasel é que ainda existem dificuldades técnicas para garantir o funcionamento em toda a rede. Para os trabalhadores, a expectativa é de ampliação das opções de uso dos cartões, mas a efetiva disponibilidade dependerá da conclusão dessa integração.



Assédio eleitoral supera 7 mil denúncias

APONTA MINISTÉRIO

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) já recebeu mais de 7 mil denúncias de assédio eleitoral no ambiente de trabalho. Diante do aumento dos relatos, o ministro Luiz Marinho fez um apelo nesta semana a empresários que tenham ameaçado ou demitido funcionários por razões políticas, que recuem e se retratem publicamente.

"Aproveito para me dirigir a todos que ainda pensam em fazer esse tipo de bobagem, recuem", afirmou o ministro em entrevista coletiva para explicar os números do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Marinho reiterou que a intenção do governo não é punir empregadores preventivamente, mas assegurar que os direitos dos trabalhadores sejam respeitados.

Para empresários que cogitaram dispensar funcionários em razão do resultado eleitoral, ele sugeriu uma retratação nas redes sociais.

"Para quem eventualmente pensou em demitir alguém por causa do resultado eleitoral, faça o seu recuo tático e se desculpe nas redes. Está tudo certo. Não precisaremos punir ninguém por isso. Mas a punição será, se demitiu por questões políticas, será severamente punido", declarou.

DENÚNCIAS: O volume de denúncias de assédio eleitoral quase dobrou na semana seguinte ao segundo turno das eleições presidenciais. Depois da divulgação do resultado, circularam nas redes sociais listas de boicote a estabelecimentos comerciais e publicações que incentivaram a demissão de trabalhadores por suas preferências políticas.

Até 31 de outubro, o Ministério do Trabalho havia formalizado 4.305 denúncias. Nesta quarta-feira, Marinho informou que o total ultrapassa 7 mil notificações.



O ministro, no entanto, ponderou que nem todos os relatos correspondem necessariamente a situações concretas de assédio.

"Evidentemente, tem que separar o que é denúncia e o que é encher linguiça. É quase como chamar o bombeiro quando não se tem incêndio. Das 7 mil, não sei qual é a proporção de denúncias que são reais e concretas", esclareceu.

As ocorrências são analisadas pela Auditoria Fiscal do Trabalho. O número de notificações, portanto, não significa que todos os casos tenham sido comprovados.

PUNIÇÕES: A legislação brasileira proíbe a discriminação de trabalhadores por convicções políticas. Empregadores que adotem práticas desse tipo podem ser responsabilizados.

O Ministério Público do Trabalho (MPT) pode recomendar que o responsável interrompa a conduta ilícita e se retrate publicamente em até 24 horas. Também pode exigir o pagamento de indenizações por danos morais individuais ou coletivos.

Em casos de demissão discriminatória, o trabalhador pode optar pela reintegração ao emprego, com pagamento dos salários referentes ao período de afastamento, ou pelo recebimento em dobro da remuneração correspondente ao intervalo.

A empresa também pode ficar sujeita a multa equivalente a dez vezes o maior salário pago, com acréscimo de 50% em caso de reincidência. Além disso, pode ser proibida de obter empréstimos e financiamentos em instituições financeiras oficiais.



Anvisa aprova primeiro medicamento de GLP-1 oral para obesidade

WEGOVY

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou, nesta quarta-feira (4), o registro para o medicamento Wegovy (semaglutida) com administração por via oral. O remédio só era disponível no Brasil na forma de solução injetável para administração subcutânea.



A nova apresentação prevê administração de comprimidos uma vez ao dia, com escalonamento progressivo de dosagem, iniciando com 1,5 miligramas (mg) e avançando para 4 mg e 9 mg, até atingir a dose diária de manutenção recomendada, fixada em 25 mg.

O medicamento deve ser tomado em jejum, com pequena quantidade de água, aguardando-se pelo menos 30 minutos antes da ingestão de alimentos, bebidas ou outros medicamentos.

O produto é indicado para o tratamento da obesidade e do sobrepeso (associado a comorbidades) em adultos, como complemento a uma dieta saudável e à prática de atividade física.

O medicamento é o primeiro agonista do hormônio glucagon tipo 1 (GLP-1) em formato oral aprovado para uso no país.

"A semaglutida atua na regulação do apetite e da ingestão alimentar, promovendo redução do peso corporal e melhora de parâmetros metabólicos associados à obesidade", diz a Anvisa.

TERAPIA: Para a agência reguladora, a chegada da nova apresentação traz mais flexibilidade terapêutica aos pacientes e profissionais de saúde, o que inclui a possibilidade de transição entre as formulações oral e subcutânea, quando clinicamente apropriado, de acordo com as orientações aprovadas em bula.

A aprovação do registro teve como principal sustentação os resultados do estudo clínico pivotal de fase 3, denominado OASIS 4, que avaliou a eficácia da semaglutida oral na dosagem de 25 mg em adultos com obesidade ou sobrepeso associado a comorbidades.

Durante a pesquisa, que acompanhou os participantes ao longo de 64 semanas, o grupo tratado com a medicação registrou uma perda média de peso corporal superior a 13%. Além do desempenho significativamente superior ao do grupo placebo, o tratamento promoveu melhora em diversos marcadores de saúde cardiometabólica dos pacientes.

DOENÇA CRÔNICA: A obesidade é uma doença crônica, progressiva e multifatorial, associada ao aumento do risco de diversas condições clínicas, incluindo diabetes mellitus tipo 2, hipertensão arterial, dislipidemia, doença cardiovascular e apneia obstrutiva do sono.

São Paulo confirma 67 casos de mpox em um mês

22% DO TOTAL DE CASOS NO ESTADO



Desde o dia 4 de outubro, que corresponde ao início da 40ª semana epidemiológica, o estado de São Paulo registrou 67 casos confirmados de mpox. O número representa cerca de 22% do total de casos confirmados no território paulista em todo este ano, o que demonstra um aumento de infecção nos últimos dias.

Entre janeiro e esta sexta-feira (6), o estado já confirmou 300 casos da doença, sem óbitos. Do total de casos confirmados neste ano, 197 foram registrados na capital paulista.

Os dados estão disponibilizados na plataforma Núcleo de Informações Estratégicas em Saúde, da Secretaria Estadual da Saúde de São Paulo.

Em todo o ano passado foram contabilizados 423 casos da doença. Em 2024, foram 1.134.

Segundo a secretaria, apesar de a Organização Mundial da Saúde (OMS) ter encerrado a emergência de saúde pública de importância internacional em setembro de 2025, a doença permanece sob monitoramento, com realização de exames laboratoriais e rastreamento de contatos para identificar possíveis cadeias de transmissão.

"Seguimos monitorando o cenário epidemiológico e orientando os serviços de saúde para que estejam preparados para identificar e notificar rapidamente qualquer suspeita", explicou Tatiana Lang, diretora do Centro de Vigilância Epidemiológica (CVE-SP), por meio de nota.

TRANSMISSÃO: A mpox é uma doença infecciosa causada pelo vírus MPXV. A transmissão entre pessoas ocorre principalmente pelo contato direto com lesões na pele, mucosas e secreções de pessoas infectadas, inclusive durante relações sexuais.

O compartilhamento de objetos contaminados, como roupas de cama, toalhas e itens de uso pessoal, também pode transmitir o vírus.

A doença pode provocar lesões na pele e nas mucosas, inclusive na região genital, que podem ser acompanhadas de febre, fraqueza, inchaço dos linfonodos (ínguas), dores musculares, nas costas e na cabeça.

Para reduzir o risco de infecção, a secretaria orienta que a população evite contato próximo ou íntimo com pessoas que apresentem sintomas suspeitos e não compartilhem objetos pessoais. É importante higienizar frequentemente as mãos com água e sabão ou álcool em gel.

VITANEE

ARUJÁ AGORA TEM K-BEAUTY!

ORIGINAL E À PRONTA ENTREGA!



medicube
CLINICAL SKINCARE



celimax



ROUND LAB

K-SECRET

SKIN1004
THE UNTOUCHED NATURE

Dr. Althea





SIGA NOSSO INSTA!

(11) 4651-5318

Rua Duque de Caxias, n° 175 - Vila Flora Regina
Arujá - SP (Próximo ao Chaleira Preta)